

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.462.155 - SP (2019/0062082-1)

RELATORA : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**
AGRAVANTE : **GUSTAVO PEBONI PIMENTA DE PADUA - MICROEMPRESA**
ADVOGADOS : **LUIZ CARLOS BRANCO - SP052055**
 DÉBORA CRISTINA STABILE MOREIRA - SP260369
 VERÔNICA MORALES BRAGA - SP369248
AGRAVADO : **NOVA AMERICA FOMENTO MERCANTIL LTDA**
ADVOGADOS : **DANIEL BLIKSTEIN - SP154894**
 MAIRA FRIGERI MASSONI DE LIMA - SP332260
INTERES. : **COMAPA INDUSTRIA DE PAPEL LTDA**
ADVOGADO : **SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M**

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE ANULAÇÃO CUMULADA COM COMPENSAÇÃO POR DANOS MORAIS. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 211/STJ. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADMISSIBILIDADE.

1. Ação declaratória de anulação cumulada com compensação por danos morais.
2. A ausência de decisão acerca dos dispositivos legais indicados como violados, não obstante a interposição de embargos de declaração, impede o conhecimento do recurso especial.
3. O reexame de fatos e provas em recurso especial é inadmissível.
4. Agravo conhecido. Recurso especial não conhecido.

DECISÃO

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto por GUSTAVO PEBONI PIMENTA DE PÁDUA - ME, contra decisão que negou seguimento a recurso especial fundamentado, exclusivamente, na alínea "a" do permissivo constitucional.

Agravo em recurso especial interposto em: 17/10/2018.

Concluso ao gabinete em: 07/05/2019.

Ação: declaratória de anulação cumulada com compensação por danos morais ajuizada por Gustavo Peboni Pimenta de Pádua - ME em desfavor de Comapa Indústria de Papel LTDA e Nova América Fomento Mercantil LTDA. Alega o agravante que atua no ramo de embalagens de papelão e havia celebrado contrato com a interessada, cujos pagamentos ficaram garantidos

mediante a emissão de 41 cheques pré-datados. Sustenta que os cheques foram endossados para a agravada que efetuou indevido protesto de títulos.

Sentença: julgou procedente em parte os pedidos para declarar inexigíveis os cheques constantes da relação apresentada em juízo e condenar a agravada e a interessada a restituí-los a Gustavo Peboni Pimenta de Pádua - ME; determinou que a agravada e a interessada se abstivessem de protestar os títulos apresentados em juízo e condenou-as ao pagamento de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) a título de compensação por danos morais.

Acórdão: deu provimento à apelação de Nova América Fomento Mercantil LTDA, nos termos da seguinte ementa:

Declaratória de anulação de ato jurídico e de indenização por danos morais. Pedido de inexigibilidade dos títulos fundado na não entrega da mercadoria.

Pagamento com cheques. Endosso na modalidade em preto. Circulação dos títulos antes mesmo do ato de desacordo comercial havido entre as primitivas partes. Impossibilidade de oponibilidade das exceções pessoais das partes contratantes ao endossatário. Boa-fé que se presume. Conjunto probatório que não a infirma.

Parcial procedência dos pedidos. Reforma da r. sentença para julgar improcedentes os pedidos declaratório e indenizatório com relação à corré faturizadora. Corré credora originária que é revel e contra ela o resultado do julgamento permanece inalterado.

Apelação provida. (e-STJ fl. 593)

Embargos de Declaração: opostos por Gustavo Peboni Pimenta de Pádua - ME, foram rejeitados.

Recurso especial: alega violação dos arts. 290, 294, 476 do CC/02; e 44 da Lei Uniforme. Sustenta que os títulos protestados são oriundos de um contrato que não foi cumprido pela interessada e que por conta disso foram sustados. Aduz que houve endosso para a agravada e antes do protesto ela não verificou a idoneidade do título. Afirma que a cessão feita pela interessada à agravada deveria ter sido comunicada ao agravante.

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

Julgamento: aplicação do CPC/2015.

- Da ausência de prequestionamento

O acórdão recorrido não decidiu acerca dos arts. 476 do CC/02 e 44 da Lei Uniforme, indicados como violados, apesar da oposição de embargos de declaração.

Por isso, o julgamento do recurso especial é inadmissível. Aplica-se, na hipótese, a Súmula 211/STJ.

- Do reexame de fatos e provas

Alterar o decidido no acórdão impugnado, no que se refere ao fato de que a relação é de natureza cambial (e-STJ fl. 600) e "com o endosso à outra corré Nova América Fomento Mercantil Ltda., já não podia mais obstar a circulação desses títulos" (e-STJ fl. 599), exige o reexame de fatos e provas, o que é vedado em recurso especial pela Súmula 7/STJ.

Forte nessas razões, CONHEÇO do agravo e, com fundamento no art. 932, III, do CPC/15, e NÃO CONHEÇO do recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, considerando o trabalho adicional imposto ao advogado da parte agravada em virtude da interposição deste recurso, majoro os honorários fixados anteriormente em 10% sobre o valor da causa (e-STJ fls. 602) para 12%.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar na condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de junho de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora